

Colonização, política e educação no Brasil e na África do Sul: leituras e projeções comparativas

Colonization, politics and education in Brazil and south Africa: comparative readings and projections

DOI:10.34117/bjdv8n9-072

Recebimento dos originais: 25/07/2022

Aceitação para publicação: 31/08/2022

Guilhermina Reis da Silva

Especialização

Instituição: Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Vila Chaud, Catalão - GO,
CEP: 75704-020

E-mail: guilhermina.silva62@gmail.com

Amanda Juliana Costa Vaz

Especialização

Instituição: Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Vila Chaud, Catalão - GO,
CEP: 75704-020

E-mail: amanda.juli2019@gmail.com

RESUMO

O estudo aborda aspectos da História da Educação Brasileira e Sul Africana, correlacionando algumas semelhanças e particularidades. Parte-se do pressuposto indagativo: o histórico da educação no Brasil teria correspondências com a África do Sul, considerando em comum traços da colonização na composição dos países? A ocupação do território desses países ocorreu por meio da exploração, tendo em comum interesses econômicos e o que haveria de semelhanças e/ou contradições? O ensaio tem por objetivo compreender aspectos da História da Educação na África do Sul e no Brasil, por meio de uma revisão bibliográfica, cujo foco propõe tecer os nexos das semelhanças e particularidades, dimensionando um exercício de história comparada, com traços comuns da origem do passado colonial português. Busca-se a fundamentação no aporte teórico de autores que abordam a História da Educação no Brasil do período colonial ao século XX, que evidencia uma reflexão acerca da dualidade elitismo x exclusão, bem como os efeitos do processo de colonização na escolarização. Além disso, dialoga com autores que problematizam a herança deixada na África do Sul pelo *apartheid* e suas consequências na educação, bem como a importância da cooperação mútua entre Brasil e África do Sul no que se refere às produções científicas e troca de experiências no campo educacional. Nas sínteses conclusivas, em concordância com os autores, pondera-se que ambos os países possuem uma democracia jovem, assim como semelhantes problemas alusivos às desigualdades sociais, desemprego e grupos oligárquicos que buscam privilégios em detrimento às necessidades da população. Há também uma grande dificuldade em alcançar o ideal de nação igualitária, justiça social com oportunidades a partir de uma educação gratuita e de boa qualidade no Brasil e África do Sul.

Palavras-chave: colonização, educação, políticas educacionais, cooperação.

ABSTRACT

The study addresses aspects of the History of Brazilian and South African Education, correlating some similarities and particularities. It is based on the question assumption: would the history of education in Brazil have correspondence with South Africa, considering in common traces of colonization in the composition of countries? The occupation of the territory of these countries occurred through the means of exploitation, having in common economic interests and what would be similarities and / oditions against? The essay aims to understand aspects of the History of Education in South Africa and Brazil, through a bibliographic review, whose focus proposes to weave the similarities and particularities, dimensioning an exercise of comparative history, with common traces of the origin of the colonial past Portuguese. It seeks the foundation in the theoretical contribution of authors who approach the History of Education in Brazil from the colonial period to the twentieth century, which evidence a reflection about the duality elitism x exclusion, as well as the effects of the colonization process on schooling. In addition, it dialogues with authors who problems the legacy left in South Africa by apartheid and its consequences in education, as well as the importance of mutual cooperation between Brazil and South Africa with regard to scientific productions and exchange of experiences in the educational field. In the concluding summaries, in agreement with the authors, it is considered that both countries have a young democracy, as well as similar problems alusive to social inequalities, unemployment and oligarchic groups that seek privileges to the detriment of the needs of the population. There is also great difficulty in achieving the ideal of egalitarian nation, social justice with opportunities from a free and good quality education in Brazil and South Africa.

Keywords: colonization, education, educational policies, cooperation.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, uma ex-colônia portuguesa, com um passado marcado pelos privilégios das oligarquias em relação ao ensino, o que perdura até os dias atuais, e, como outros países que passaram por condições análogas, apresenta peculiaridades na História da Educação. Vários povos que vieram e que aqui estavam, contribuiriam para a formação histórica, política, cultural, social e educacional do país. No caso, a prioridade da abordagem é no campo educacional. Sem dúvida, todas as contribuições, mudanças no sistema de governo, rupturas e movimentos de renovação de ensino influenciaram e continuam influenciando no direcionamento das políticas educacionais. Como em todos os países, inclusive no Brasil, há uma grande demanda para a implantação de uma educação inclusiva de fato, inclusão digital, instituições com boa estrutura física, erradicação do analfabetismo e políticas públicas voltadas para a melhoria do ensino.

A situação não é diferente quando se trata de países africanos, como no caso, a África do Sul. O país também teve seu passado histórico atrelado à influência dos colonizadores e à política de segregação racial - *apartheid*. Mesmo tendo seu fim em

1991, essa política deixou marcas presentes nos elevados índices de desigualdade social e falta de escolarização até os dias de hoje.

Ao realizar a abordagem comparativa sobre o ensino em determinados países, é pertinente o destaque de suas analogias e contrastes observados na forma de colonização, História da Educação, Políticas Educacionais e entraves, bem como o acordo de cooperação no campo educacional entre os países em questão.

Alguns pesquisadores têm realizado estudos comparativos entre o sistema de ensino estabelecido no Brasil e em outros países. Dessa forma, busca-se compreender de que maneira os países implementam o ensino e se existe um modelo de escola universal. Quanto ao ensino no Brasil e na África do Sul, indaga-se: teriam esses dois países algo em comum? Veja-se:

[...] A História da Educação Brasileira parte de um pressuposto básico: de que ela sempre foi elitista e excludente. O binômio em questão será, portanto, o fio condutor que nos possibilitará transitar pelos 500 anos da história da educação brasileira, já que o Brasil conhece a “instituição escolar” desde 1549, quando Manoel da Nóbrega e seus companheiros jesuítas organizaram uma casa de bê-a-bá em Salvador (BA). Elitismo e exclusão foram continuamente traços distintos e complementares de uma mesma política, cujas origens se encontram profundamente enraizadas nas antigas relações escravistas de produção. [...] Dito de outra forma, a educação Brasileira, até o momento, manteve-se em perfeita sintonia com o processo de desenvolvimento econômico autoritário e concentrador de renda historicamente imposto à sociedade brasileira.” (FERREIRA JR., 2010, p. 14)

Outrossim Carpentier (2008) aborda que as principais preocupações na África do Sul são: a desagregação racial da instituição escolar no pós-*apartheid*, o peso dos determinantes sociais da base e as fortes desigualdades quanto ao acesso à educação.

Em seu artigo ‘Brasil - África do Sul - Histórias diferentes, problemas iguais’, Wegrzynowski (2008) destaca que o Brasil e a África do Sul têm histórias diferentes. No entanto, compartilham os mesmos problemas: desigualdades sociais, desemprego e saques das riquezas naturais. Ambos os países possuem uma jovem democracia.

Quanto ao regime democrático no Brasil, vivemos uma democracia representativa longe de alcançar uma democracia participativa. Apenas uma pequena parte da população é privilegiada na elaboração das políticas públicas. Para que haja de fato uma democracia, é essencial que, por meio da educação, ocorra a formação de um cidadão crítico, participativo, questionador e consciente de seus deveres e direitos.

Com o fim do *apartheid*, celebrado como milagre de reconciliação, a expectativa de mudanças e melhorias nos setores da economia, política, educação e saúde era grande.

Da mesma forma que no Brasil, a prática da democracia participativa na África do Sul também não se materializou.

Buttelli e Le Bruyns (2019), apontam que a juventude atual da África do Sul questiona os chamados heróis da luta contra a segregação, uma vez que alguns foram privilegiados. Para descrever o tipo de mudança que aconteceu na África do Sul com o fim do *apartheid* é preciso analisá-la em três etapas, desde que a política de segregação racial não mais vigorou.

O primeiro período foi de 1948-1994 e consistia na libertação política e na liberdade política. A juventude negra continuava em condições sub-humanas. De 1994 a 2015, foi o período democrático de esperanças, oportunidades e decepções. A partir de 2015 até a atualidade, os estudantes retomaram a luta contra a herança deixada pelo *apartheid*, reivindicando dentre várias demandas uma educação gratuita e de qualidade para todos.

Em ambos os países, as sociedades vêm tentando aliar o passado - marcado por violações aos direitos humanos ao presente, este instituído democrático e, em contrapartida, que privilegia grupos oligárquicos.

Na África do Sul, a esperança e a promessa de que o pós-*apartheid*, poderia melhorar a vida da população, não se consolidou. O fim do regime racista mudou a política e não a economia, que continua nas mãos dos brancos. As condições sociais prevalecem atreladas ao regime antigo e não houve no país alteração democrática da organização econômica.

Em seus estudos, Leibowitz (2012) pondera que, com o fim do *apartheid*, a expectativa de que o ensino superior apresente mudanças é um desafio, pois as universidades continuam reproduzindo exclusão e injustiça social.

No que se refere às relações exteriores, Nedilson (2018) destaca que o Brasil tem procurado manter boas relações com países africanos, inclusive com a África do Sul, que é um país parceiro do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Isso demonstra uma importante cooperação que vislumbra um intercâmbio e crescimento nas áreas: técnica, cultural, acadêmica e científica desses países.

Com o intuito de atenuar os problemas sociais, os países, principalmente os menos desenvolvidos, têm buscado a união a partir da formação de blocos com a troca de experiências referentes aos projetos sociais e a cooperação mútua.

Por esse motivo, os governos do Brasil e África do Sul vêm mantendo um diálogo com o propósito de compartilhar informações sobre pesquisas e políticas públicas principalmente educacionais.

2 A CONDIÇÃO DE EX-COLÔNIA

Tanto o Brasil quanto a África do Sul foram colonizados por europeus que tinham como objetivo a exploração de recursos naturais. Esses países continuam até hoje como fornecedores de matéria-prima para os países desenvolvidos: uma das heranças do colonialismo. Com isso, a industrialização de ambos foi adiada, reforçando o subdesenvolvimento econômico e social. As consequências são várias, dentre elas o baixo nível de escolaridade da população.

Segundo DAVISON (2021), o processo colonizador criou as relações de poder que hierarquizam o povo europeu acima dos povos originários, e essa estrutura vertical de poder se repete ainda com frequência nas nossas estruturas sociais atuais.

Com o intuito de dominar e impor sua superioridade, o colonizador e os grupos oligárquicos institucionalizaram um modelo de organização social que prevalece até os dias atuais.

Apesar dos diferentes caminhos que os países percorreram durante a formação do Estado e nacionalidade, Brasil e África do Sul passaram por profundas mudanças no século XX. Dois acontecimentos marcaram profundamente as políticas educacionais na África do Sul e no Brasil: a política de segregação racial *apartheid* e o período da ditadura militar, questões que serão apontadas a seguir.

2.1 BRASIL

De acordo com FERREIRA JR. (2010), as reformas religiosas ocorridas no século XVI: reforma protestante e contrarreforma da Igreja Católica tiveram um grande impacto na história da educação europeia e do mundo colonial. Em relação ao Brasil, como o reino de Portugal declarou a religião católica como oficial, os padres da Companhia de Jesus controlaram a educação colonial por 210 anos. Portanto a história da educação brasileira desde a sua origem não se separa da educação europeia. Ela é resultado das ações econômicas da burguesia mercantil, das grandes navegações e das reformas religiosas.

No que se refere ao ensino no Brasil, segundo FERREIRA JR. (2010), o binômio elitismo e exclusão existiu de forma acentuada desde a época colonial com os jesuítas até

o final do século XX. A educação escolar significou ao mesmo tempo a exclusão das classes populares e a formação intelectual das elites econômicas. Na segunda metade do século XX, essas classes populares conquistaram o acesso à escola. No entanto, esse acesso foi e continua sendo desprovido dos conhecimentos clássicos declarados globalmente pela humanidade. A escola existe. Mas, para poucos.

Quanto ao golpe denominado civil-militar no Brasil em 1964, BORDIEU (1974) destaca que o mesmo culminou na ditadura, cujo período foi de 1964 a 1985, e que o termo militar foi empregado durante a luta pelo poder. No entanto, não são consideradas a mobilização da massa civil e a participação do Congresso Nacional na deposição do então presidente Goulart.

Sobre o mesmo tema, CUNHA (2014), esclarece:

Não há dúvida de que a ditadura abriu caminho para uma inflexão das políticas educacionais, principalmente pelo fim do populismo. Com efeito, o populismo deu o tom de várias delas no período imediatamente anterior. Cito, como exemplo, as “leis de equivalência” entre os ramos profissionais do ensino médio ao ramo secundário, em 1950 e 1953, bem como o decreto do presidente Goulart de duplicação das vagas nos vestibulares de 1964. A partir do golpe, os grupos de interesse de apoiadores diretos passaram a ser decisivos na formulação e implementação de políticas. Contudo, cumpre não esquecer que essa inflexão foi antecedida por outra, bem próxima, a impressa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 4.024/61), a qual permaneceu em vigor. Ela só começou a ser alterada pelas leis n. 5.540/68 e n. 5.692/71. Em pelo menos um ponto ela foi decisiva para a implementação de políticas educacionais privatistas em todos os níveis do Estado: a determinação de que os Conselhos de Educação tivessem representantes do “magistério oficial e particular”, que logo foi ressignificado para incluir, necessariamente, os empresários do ensino.

2.2 ÁFRICA DO SUL

A África do Sul foi um dos primeiros países africanos a se livrar da colonização direta. (MORAES) 2018 afirma que:

Tecnicamente, o período colonial na África do Sul acabou em 1910, quando os ingleses fundaram a União da África do Sul. Diz-se “tecnicamente” porque o território continuou sob o domínio do Império Britânico. Em 1931, a União tornou-se independente da metrópole por meio do Estatuto de Westminster. O documento, elaborado pelo Parlamento do Reino Unido, concedeu aos seus domínios independentes a posição de igualdade em relação a outros domínios do Império Britânico e ao próprio Reino Unido.

LIMA et al (2020), pontua que no ano de 1948 no governo de Daniel François Malan foi criado o Partido Nacional Purificado, e oficializou o regime de segregação racial - o *apartheid*. O novo regime trouxe uma outra roupagem ao imperialismo que conservou

práticas antigas do colonialismo e materializou o retrato do colonizado e do colonizador em uma dinâmica interna legalizada.

África do Sul apesar de apresentar crescimento e desenvolvimento econômico, consolidava os privilégios da elite e classe média branca do país em detrimentos aos direitos dos negros em saúde, educação, moradia e emprego. Desigualdades que aumentavam legitimadas pelo *apartheid*.

LIMA et al (2020) destaca que:

Dessa maneira, com o desgaste do Apartheid, uma abertura para sua extinção formal se inicia em 1990, concretizando-se em 1994, culminando com a posse presidencial de Nelson Mandela. Urge-se afirmar, nesse sentido, que mesmo após o fim da colonização britânica na África do Sul, o país continuou sobre o domínio de uma elite minoritária branca, iniciando assim um colonialismo interno institucionalizado pela legislação e estabelecimento do Apartheid.

Segundo Pereira (2011), a economia sul-africana foi garantida pela escravidão e servidão por duzentos e cinquenta anos, e pela discriminação e exploração por mais 100 anos. O poder político, econômico e militar da minoria branca ditou a vida dos sul-africanos por aproximadamente trezentos e cinquenta anos.

Quanto ao ensino sul-africano, antes de 1948 a educação negra ficou nas mãos das missões. Com a política *apartheid*, as escolas destinadas aos negros foram completamente desorganizadas. Em 1949, a educação tinha o firme controle do Estado para manter o funcionamento da economia branca.

Vários fatores contribuíram para o fim do apartheid que ocorreu em 17 de março de 1991. Dentre esses fatores pode-se mencionar as pressões internacionais contra essa política de segregação racial, a intensificação das manifestações contra o sistema e o retorno da legalidade do partido Congresso Nacional Africano (CNA) o principal partido político da África do Sul.

Nessa esteira, VISENTINI et al (2010) pontua:

O fim do Apartheid propiciou condições para o fim do isolamento do país. A África do Sul passou de um período de profundo retraimento internacional para outro caracterizado pela euforia e pleno reconhecimento mundial, intermediado por uma transição negociada entre as forças políticas até então polarizadas. As expectativas geradas pela democratização estruturaram as bases das profundas mudanças, tanto no plano doméstico como na sua atuação internacional. Chegado tardiamente ao convívio internacional e carregando os traumas produzidos pelo Apartheid, o Estado sul-africano já dava os primeiros passos em direção a redemocratização na segunda metade dos anos 1980. No entanto, as feridas do Apartheid ainda estão abertas, assim como em todos os países onde o colonialismo disseminou o segregacionismo. As tratativas entre De Klerk e Mandela e a posterior criação de um governo de união nacional

geraram enorme expectativa na comunidade internacional. Porém, o perfil do país ainda está sendo constituído.

3 ALGUNS DADOS COMPARATIVOS

Sob o ponto de vista econômico sabemos que ambos são países em desenvolvimento. Tanto a África do Sul quanto o Brasil fazem parte do bloco de cooperação “Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul” (da sigla BRICS) com expressiva participação na economia mundial. Confira-se:

Dentre os diversos fóruns e Organizações de que o Brasil faz parte, cabe destacar a parceria no âmbito do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo que reúne um PIB combinado de US\$ 18,5 trilhões, 40% da população mundial e 25% da cobertura terrestre do planeta. O Brasil vem buscando consolidar sua posição de liderança na América do Sul, além de maior poder de decisão no sistema de governança global, de forma que o agrupamento BRICS tem tido papel importante neste propósito. (GOMES (2018)

De acordo com Fernandes (2015), o bloco de países com a sigla BRIC, que indica a inicial dos países: Brasil, Rússia, Índia e China, foi criado em 2001, na época em que o economista britânico Jim O’Neill, era diretor de pesquisas econômicas do banco de investimentos Goldman Sachs, evidenciou os países com mais possibilidades de crescimento na economia mundial. Ele apontava que os países emergentes teriam um acelerado desenvolvimento econômico até 2050. No ano de 2011, a África do Sul se aliou a esse grupo sendo atualmente designado como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Como os países integrantes desse grupo considerados emergentes, com economias e índice de desenvolvimento parecidos e que não possuem integração econômica e nem tampouco política, é pertinente destacar que não se trata de um bloco econômico. Há, sim, um acordo no sentido de buscar apoio mútuo, quando se tratar de interesses comuns dessas nações e com isso alcançar representatividade mundial.

Apesar de ser considerada uma aliança promissora, as nações que fazem parte do BRICS, apresentam por exemplo línguas diferentes. Isso impede que a cooperação acadêmica, tecnológica e científica ocorra de fato em sua totalidade. Além disso, os interesses desse intercâmbio, que poderia gerar programas de aprimoramento do conhecimento executado nos países, exigem prudência por se tratar de nações com interesses políticos e econômicos diferentes.

Os dois países estão tentando há décadas resolver seus problemas de desemprego, precariedade na saúde e na educação, desastres ambientais, falta de saneamento básico e grandes disparidades sociais. Historicamente, conquistaram uma democracia recente e possuem intensos movimentos populares em prol do acesso à educação para todos.

Segundo Wegrzynovski (2008), pela análise de Joel Netshitenzhe, chefe dos Serviços de Coordenação de Políticas e Assessoramento do Governo da África do Sul, o país tem um grande obstáculo no sistema educacional: embora as políticas educacionais estejam voltadas para a eliminação da pobreza e melhorias no ensino, os programas não atendem as pessoas pobres.

No Brasil, também há uma grande parcela da sociedade excluída que não tem acesso à educação. A preocupação dos brasileiros e a busca pela equidade são constantes.

Segundo THORSTENSEN (2019), em setembro de 1961 foi criada a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com sede em Paris, sucedendo à Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE), que havia sido criada em 1948 para estimular a cooperação entre países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial. Os países membros se organizam como parceiros com o objetivo de enfrentar problemas comuns. O trabalho desse grupo é em torno da permuta de experiências, debates, propostas e elaboração de políticas públicas que amenizem os problemas e o desenvolvimento do grupo por meio da produção intelectual.

Cada país membro da OCDE, após ingressar na organização, começa de forma bilateral, a concretização do objetivo grupal: desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Seus países membros trabalham com parceiros e organizações em todo o mundo para enfrentar os desafios políticos prementes. A Organização trabalha por meio da produção intelectual buscando debater estratégias e possibilitar a formulação de políticas e propor o desenvolvimento conjunto.

Em termos de dados e análise comparativa de informações na área educativa, destacaremos a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com MAUÉS (2011), a organização tem desempenhado importante papel frente à educação. Fato comprovado através das publicações de relatórios de pesquisas, documentos e consultoria ofertada aos países membros e não membros. A partir da aplicação de um dos recursos da instituição que é um exame internacional, são produzidos indicadores dos países envolvidos nas áreas de Leitura, Matemática e Ciência.

Com os resultados dos exames a organização tem indicado aos países participantes soluções para seus problemas. Esse exame faz parte do *Programme for International Student Assessment (PISA)* cuja tradução é: Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/relatorio-do-3o-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao-2020-sumario-executivo>

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o Brasil participa do exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), desde sua primeira edição no ano de 2000. A operacionalização, coordenação, tradução dos instrumentos de avaliação, aplicação do exame nas escolas escolhidas para amostragem, coleta das respostas dos estudantes, interpretação dos resultados e elaboração do relatório nacional é responsabilidade do INEP.

De acordo com informações obtidas no Guia do Estudante - edição 03 de dezembro de 2019, o Brasil participou do exame de PISA que é realizado de três em três anos envolvendo estudantes de 15 anos dos países-membros da OCDE e parceiros inclusive o Brasil. A última edição ocorreu em 2018 onde 600 mil estudantes de 80 países participaram. A avaliação de 2021 foi adiada para o ano de 2022 devido a pandemia.

O resultado do PISA 2018 revela que os estudantes brasileiros não atingiram resultados satisfatórios sendo que 68,1% dos estudantes brasileiros estão no pior nível de proficiência em matemática. Na área de ciências 55% dos alunos não atingiram o nível básico. Quanto a leitura e compreensão de texto, não houve avanço. Cerca de 50% dos estudantes brasileiros não atingiram o mínimo de proficiência que todos os jovens devem adquirir até o final do ensino médio.

Quanto a África do Sul, dados obtidos na página da OECD *Bether Life Index* assinalam que apenas 48% dos adultos na faixa etária de 25 a 64 anos concluíram o ensino médio. Em relação à avaliação internacional, o aluno médio obteve menor pontuação em leitura, matemática e ciências no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) da OCDE.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Comitê de Políticas Educacionais é o principal órgão educacional da OCDE e tem como meta auxiliar na promoção de uma educação de qualidade e duradoura nos países-membros e parceiros. A África do Sul, China, Índia, Brasil, Indonésia são países parceiros estratégicos da organização.

Valeriani (2021) destaca que o relatório da OCDE fez uma análise da educação dos seus 36 países membros no ano de 2019 e concluiu que o Brasil investe uma média de 5,6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na área de educação. Uma porcentagem acima da média de 4,4% dos países da OCDE. Porém é o que menos gasta com alunos da rede pública de ensino. Um dos problemas da educação brasileira está na qualidade e na execução dos gastos nessa área.

Com base no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nem em 2020, tampouco em 2021, houve aumento dos recursos destinado para o ensino fundamental (educação básica) no Brasil.

4 DESTAQUES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL

De acordo com Silva (2006), o ensino superior na África do Sul não é gratuito. Algumas universidades oferecem bolsas subsidiadas principalmente por ONGs. Ao todo são 85 Instituições de Ensino Superior. São 23 públicas e 62 privadas. A formação docente é centrada para atender o mercado. A taxa de alfabetização em 2020 era de 87% e apenas 6% da população na faixa etária de 25 a 34 anos conseguiram concluir o ensino superior.

No Brasil, as instituições públicas são gratuitas e compartilham espaço com instituições privadas que se apresentam em maior número. Observa-se uma diferença enorme entre essas categorias administrativas de ensino.

Fazendo um retrospecto pela história da educação no Brasil, de acordo com Souza (2019), a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, foi criada em 1920 pelo Decreto nº 14.343. A partir daí, outras universidades públicas foram criadas com o objetivo de formar docentes para o ensino secundário. Posteriormente, em 1940, as mulheres começaram a frequentar as Faculdades de Filosofia para lecionarem no ensino secundário. Com o golpe militar de 1964, houve grande intervenção do governo nas universidades. Os movimentos em prol de uma educação pública de qualidade, laica e gratuita caem por terra. Em 1968 ampliam-se o número de instituições de ensino superior privado. Essa ampliação continuou justificando assim a disparidade entre o ensino público e o privado, conforme a tabela a seguir, que expõe o número de estabelecimentos de ensino superior no período de 2014 a 2020:

Tabela 1

ANO	TOTAL GERAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				
		PÚBLICA				PRIVADA
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2014	2.368	298	107	118	73	2.070
2015	2.364	295	107	120	68	2.069
2016	2.407	296	107	123	66	2.111
2017	2.448	296	109	124	63	2.152
2018	2.537	299	110	128	61	2.238
2019	2.608	302	110	132	60	2.306
2020	2.457	304	118	129	57	2.153

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.

De acordo com CUNHA (2014), houve uma intensa expansão do ensino privado no Brasil após o golpe de 1964. A rapidez com que eram instaladas as instituições variava de acordo com a taxa de lucratividade média em cada nível de ensino: maior na educação superior do que na básica.

Instituídas as universidades no Brasil, de um lado particulares e de outro lado públicas, o ensino superior ganhou um perfil que perpetua até os dias de hoje. Alunos bem-preparados e de maior poder aquisitivo ingressam nas universidades públicas. Por outro lado, os estudantes de baixa renda trabalham durante o dia e apenas conseguem ingresso nas faculdades particulares.

CUNHA (2014) esclarece:

Mais do que nunca, a estrutura discriminatória do ensino superior ficou aparente: universidades públicas para os estudantes de mais elevado capital cultural, universidades e faculdades isoladas privadas para os outros. Em termos probabilísticos, essa divisão de capital cultural era determinada pela renda, embora não diretamente. Parte das instituições privadas, no todo ou em parte dos cursos oferecidos, se especializaram em captar a demanda de baixo capital cultural e alta renda.

Informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2019 apontam uma taxa de alfabetização de 93,4% no Brasil. Porém, a continuidade dos estudos até a formação superior é preocupante. No mesmo ano apenas 17,4% dos alunos matriculados no ensino superior concluíram seus cursos.

Carpentier (2008) destaca que na África do Sul, com o fim do movimento separatista *apartheid* em 1991 e as eleições de 1994, colocou-se em xeque o rompimento de um passado histórico de segregação racial iniciado em 1948. Será que, com o fim do regime racista as amarras de um sistema educacional que sempre privilegiou uma minoria branca iriam se romper?

Apesar dos programas de democratização da educação pública, na África do Sul, a herança deixada pela política de segregação ainda representa enormes entraves e desafios na melhoria do ensino nesse país incluindo o acesso e permanência na escola. É notável que nos dois países, o índice da população que ingressa no ensino superior e que consegue concluir o curso, é mínimo. Mesmo com a melhoria de acesso ao ensino superior a partir de 1991, é preciso uma reestruturação e mudança na cultura institucional onde permanece enraizada a herança do *apartheid*.

De acordo com os índices de vida melhor da OECD

Desde 1994, a África do Sul vem obtendo grandes progressos na redução da pobreza absoluta, por meio da implantação de subsídios sociais para os aposentados, portadores de deficiência e crianças. Foi largamente ampliado o acesso à educação, moradia, água, eletricidade e outros serviços. Como consequência, houve uma sensível melhora no bem-estar. Apesar disso, a África do Sul apresenta um desempenho ruim em várias dimensões de bem-estar em comparação a outros países no Índice para uma Vida Melhor. A África do Sul está abaixo da média em renda, trabalho, educação, saúde, qualidade do meio ambiente, conexões sociais, engajamento cívico, segurança e satisfação com a vida. Essas avaliações baseiam-se em dados selecionados disponíveis.

Dessa forma, a interpretação comparativa com semelhanças, particularidades e distinções torna-se importante para compreendermos como é o sistema educacional em ambos os países, os investimentos na educação básica, o ingresso ao ensino superior bem como a permanência e conclusão dessa etapa de ensino.

Silva (2006) esclarece que:

A comparação entre Brasil e África do Sul ressalta as particularidades, mas também os silêncios de cada país. Na África do Sul, o debate sobre a exclusão de alunos de baixo nível socioeconômico ainda é limitado discursivamente e institucionalmente, pela cobrança de taxas escolares. No Brasil, o debate sobre a importância da diversidade também é restrito, assim como os argumentos sobre reparação histórica e sobre o papel da universidade pública não apenas como instituição de inclusão social (uma compreensão que muitas vezes limita a educação a uma ferramenta individual de mobilidade social), mas também como instituição chave para a formação de profissionais que garantam o desenvolvimento sustentável do país. Em parte, a sustentabilidade das ações afirmativas depende da abertura da universidade pública brasileira para a diversidade sem perder de vista sua centralidade na construção de conhecimento de ponta e formação de profissionais de excelência.

Observa-se, portanto, que no Brasil existe um arcabouço do ensino superior que discrimina e seleciona jovens estudantes pela renda. Fica explícito que, os estudantes de baixa renda na maioria das vezes conseguem vaga nas instituições privadas de ensino. A África do Sul também enfrenta essa exclusão de alunos de baixo nível socioeconômico.

5 COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL

No período de 5 a 8 de julho de 2009, ocorreu em Paris a Segunda Conferência Mundial do Ensino Superior, promovida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

A Conferência foi de extrema importância, pois representantes de cento e quarenta e oito países debateram sobre o intercâmbio e a colaboração entre os países no que se refere à pesquisa e produção de conhecimentos. A partir do evento, um dos acordos assinados foi o de cooperação internacional na área da educação superior entre o Brasil e a África do Sul, assinado em 06 de julho de 2009. O acordo objetivou o intercâmbio de materiais educacionais, bem como de pesquisa, e a facilitação da mobilidade acadêmica e estudantil entre instituições de ensino superior desses dois países.

O acordo previa o acesso a bolsas de estudos aos alunos e professores de doutorado e pós-doutorado. Além disso, um programa para promover as publicações científicas dos dois países estava previsto para facilitar a divulgação das atividades acadêmicas nesse período do acordo.

Sobre o acordo Brasil e África do Sul, Yonekawa (2009) destaca que:

Na área educacional pré-universitária serão desenvolvidas ações com a troca de experiências de inclusão social com alfabetização educação de jovens e adultos, e inclusão de alunos com deficiência. Quanto às tecnologias educacionais, Brasil e África do Sul têm aberto um canal para parcerias no ensino a distância, e em tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação, além de cooperações interinstitucionais na área de avaliação, sistemas de estatísticas e indicadores educacionais.

Ainda no campo educacional, a previsão do acordo era a troca de experiências de inclusão social com alfabetização de jovens e adultos e alunos com deficiências e abertura de um canal por Brasil e África do Sul para o ensino à distância. Na área pré-universitária seriam desenvolvidas ações com a troca de experiências de inclusão social com alfabetização educação de jovens e adultos, e inclusão de alunos com deficiência.

Durante a Conferência em Paris, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, na época, pontuou que os dois países, Brasil e África do Sul, têm uma afinidade considerável de oportunidades, pensamentos e adversidades.

Sem dúvida, a perspectiva que surge diante da cooperação, intercâmbio de produções acadêmicas no campo educacional e tecnológico entre os países, é promissora. Espera-se que a troca de experiências em relação às ações em prol da melhoria da

qualidade de vida incluindo o acesso à escolarização, resulte na efetivação das políticas públicas eficientes nesses países.

FERRARO (2014) versa:

A cooperação multilateral, no entanto, tem-se mostrado o campo mais fértil para uma cooperação entre Brasil e África do Sul, uma vez que os dois países gozam de muitos interesses convergentes, que perpassam desde os interesses econômicos até os políticos (sobre o comércio internacional e os fluxos internacionais de capital, por exemplo). Nos órgãos e fóruns em que são mais atuantes, ambos parecem seguir as mesmas linhas de pensamento desde a (re)democratização sul-africana.

6 CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa, é perceptível algumas analogias entre os dois países, destacando-se, por exemplo, o passado histórico que vislumbra a colonização de exploração, falta de políticas educacionais voltadas para atender as necessidades da população, as lutas pelo acesso à escolarização de forma inclusiva, a gratuidade do ensino e a educação para a cidadania.

Além disso, dois eventos marcaram profundamente as políticas educacionais na África do Sul e no Brasil respectivamente: a política de segregação racial *apartheid* e o período da ditadura militar, que representaram um atraso e retrocesso em relação às conquistas por um ensino de qualidade em ambos os países.

Algumas divergências se referem ao investimento financeiro do governo, que na África do Sul é na educação básica, enquanto no Brasil, no ensino superior. Outro ponto é quanto ao termo “Instituição Pública” que no Brasil é sinônimo de gratuidade e na África do Sul, não. O número de instituições de ensino superior no Brasil é cerca de quatro vezes maior que na África do Sul.

A análise de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) referentes à educação foram importantes para compreender a situação do ensino no Brasil e África do Sul em relação aos países membros e parceiros da organização.

A partir dessa análise e comparação de dados referentes ao ensino no Brasil e na África do Sul, foi possível articular alguns desdobramentos e apontamentos quanto às suas analogias e discordâncias; no entanto, o assunto requer aprofundamento.

O estudo de Parra-Sandoval et. al (2010, p.15) *apud* Leibowitz (2012) afirma que é preciso uma tomada de consciência quanto a real função das universidades, as quais deveriam ser os centros de debates sobre o desenvolvimento econômico aliado ao meio

ambiente, diversidades culturais e valores democráticos. Além disso, acredita-se que é no espaço universitário que são articulados os movimentos de luta por equidade, gratuidade e melhoria do ensino.

A comparação entre países permite a análise das realidades e o passado histórico, as quais apresentam semelhanças, diferenças e contradições que, supostamente influenciaram na composição do sistema educacional dos mesmos.

Percebe-se, assim, que as comparações são importantes como parâmetros para elucidar os avanços e entraves ocorridos no campo educacional em outros espaços além do Brasil. Ademais, conhecendo essas semelhanças e divergências, são estabelecidas as possibilidades de cooperação internacional, principalmente por meio do intercâmbio de trabalhos acadêmicos no âmbito da educação superior. Essa cooperação deve ser pautada na responsabilidade recíproca, na comunicação entre as diferentes culturas e na ascensão dos valores humanos.

REFERÊNCIAS

África do Sul: História, Estado e Sociedade. / Paulo G. Fagundes Visentini [et al.]; organização de Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. -- Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

Amnistia Internacional. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/africa-do-sul-sistema-educativo-alimenta-desigualdade-e-pobreza/> >. Acesso em 06 de agosto de 2022.

BBC Brasil.com, 03 de dezembro de 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50646695> > Acesso em 05 de agosto de 2022

BERMÚDEZ, Ana Carla. Na contramão, Brasil deixa de aumentar verba do ensino fundamental, aponta OCDE. **CNN Brasil**. 16 set 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/na-contramao-brasil-deixa-de-aumentar-verba-do-ensino-fundamental-aponta-ocde/>>. Acesso em: 31 de julho de 2022.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino; MILANI, Carlos RS. Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: o mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da redemocratização. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 7-44, 2019.

BRASIL, 2018. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Acesso em 05 de agosto de 2022

BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch; LE BRUYNS, Clint. **Educação e questões contemporâneas na África do Sul: um olhar a partir da crise no ensino superior**. Roteiro, Joaçaba, v.44, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2019. <https://doi.org/10.18593/r.v44i1.16570>. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16570>>. Acesso: 02 de maio de 2021.

CAMPINA, Ana; CORDEIRO, Luciana Machado. Vantagens e desvantagens da Acesso Brasileira à Organização Para A Cooperação E Desenvolvimento Econômico–OCDE. 2021.

CARPENTIER, Claude. As desigualdades escolares na África do Sul: força das coisas" e política educativa (o exemplo da Província do Cabo). **Educação em Revista**, n. 48, p. 171-204, 2008. Disponível em:

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 357-377, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2151:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 28 de maio de 2021

DO NASCIMENTO DUARTE, Janaína Lopes; IRINEU, Bianca Stéfani Alexandre. PADRÃO DEPENDENTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E ATUALIDADE DO PROJETO BURGUESES.- Trabalho apresentado na X Jornada Internacional Políticas Públicas de 16 a 19 de novembro de 2021.

Embaixada da República da África do Sul (2016). Disponível em: <<http://www.africadosul.org.br/historia>>. Acesso em 06 de agosto de 2022

FERRARO, Francine; GRECHI, Patrícia Assoni. **RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL: DO PERÍODO COLONIAL À POLÍTICA AFRICANA DO PRESIDENTE LULA. Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 7, n. 13, 2014.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luís Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. **Leviathan (São Paulo)**, n. 11, p. 121-144, 2015.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EduFSCar, 2010. 123 p. (Coleção UAB- UFCar).

GOMES, Thiago Cunha. **As relações do Brasil no contexto dos BRICS e seus reflexos na Política Nacional de Defesa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, 2018.

IPEA. Análises e Previsões: Crescimento entre 4,2% e 5,2% em 2008. **IPEA, Revista Desafios do desenvolvimento: Ano 5, Edição 42, 15 de abril de 2008**.

ITAMARATY. **O que é BRICS**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 20 de jun. de 2019. Disponível em: < <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics#>>. Acesso em: 05 de agosto de 2022

LEIBOWITZ, Brenda: Desafios do ensino superior na África do Sul: educação para a cidadania.2012. Disponível em [https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-do-ensino-superior-na-africa-do-sul-educacao-para-a-cidadania#:~:text=A%20desigualdade%20material%2C%20a%20segrega%C3%A7%C3%A3o,recursos%20\(CHE%2C%202006\)>](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-do-ensino-superior-na-africa-do-sul-educacao-para-a-cidadania#:~:text=A%20desigualdade%20material%2C%20a%20segrega%C3%A7%C3%A3o,recursos%20(CHE%2C%202006)>). Acesso em 05 de agosto de 2022

LIMA, Gabrielle; COLINO, Izabella. Uma África do Sul pós independência analisada sob a perspectiva pós-colonial: da emancipação ao Apartheid. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 5, n. 9, p. 66, 2020.

MACEDO, I. de L.; MARTINS, R. N. . Formação de professores: diversos olhares sobre a história da África na BNCC, Currículo Paulista e PNLD. **Educação Básica Online**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. p.15–27, 2021. DOI: 10.24115/S2675-94972021114p.15-27. Disponível em: <https://periodicos.editorialaar.com/index.php/educacaobasicaonline/article/view/4>. Acesso em: 08 agosto de 2022.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação? **Educação**, v. 34, n. 1, p. 75-85, 2011.

MORAIS, Pâmela. África do Sul: 500 anos em 5 pontos. Disponível em: <https://www.politize.com.br/africa-do-sul-500-anos-em-5-pontos/>. Acesso em: 06 de agosto de 2022

MOREIRA, Débora Cristina Serrano; PEREIRA, Devanil; BARBOSA, Ronaldo José. **O orçamento e os investimentos públicos na educação básica no Brasil**. 2018. 16 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, 2018.

NEDILSON Jorge (org.). **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018. 554 p. (Coleção eventos).

OEDC. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/south-africa-pt/>. Acesso em 06 de agosto de 2022

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A (longa) história da desigualdade na África do Sul. **Philia&Filia**. 25 de novembro de 2011, v. 2, n. 2, p. 118-148. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Philiaefilia/article/view/24428>. Acesso em: 06 de agosto de 2022

Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em Leitura, Matemática e Ciências no Brasil- 03 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://polisaber.org.br/professor-avalia-os-resultados-do-brasil-no-pisa/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,n%C3%A3o%20atingiram%20o%20n%C3%ADvel%20b%C3%A1sico.>> acesso em 08 de agosto de 2022

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**, v. 18, p. 131-165, 2006.

SILVA, J. C. L. Relações entre o Brasil e a África. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/relacoes-entre-brasil-Africa.htm>. Acesso em: 03 de agosto de 2022

SOUSA, Rafaela. "OCDE"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/ocde.htm>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

SOUZA, Dominique Guimarães de et al. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. 2019.

THORSTENSEN, Vera Helena; FARIA, Antonio Pedro. A OCDE e a governança corporativa de empresas estatais. 2019

VALERIANI, Thales. Países que mais investem em educação: veja a situação do Brasil. Quero bolsa, 2021. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/paises-que-mais-investem-em-educacao-veja-a-situacao-do-brasil>. Acesso em 03 de agosto de 2022

WEGRZYNOVSKI, R. Brasil - África do Sul - Histórias diferentes, problemas iguais. **IPEA, Revista Desafios do desenvolvimento**. Ano 5, Edição 42. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1189:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 04 de agosto de 2022

YONEKAWA, L. **Brasil e África do Sul assinam acordo de cooperação**. Portal do Ministério da Educação. Brasília, 6 de julho de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/13869-brasil-e-africa-do-sul-assinam-a>

cordo-de-cooperação>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

YONEKAWA, L. Conferência tem início em Paris e se estende até quarta-feira. **Portal do Ministério da Educação**. Brasília, 6 de julho de 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/13862-conferencia-tem-inicio-em-paris-e-se-estende-ate-quarta-feira>>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.